



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13398 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT17 - Filosofia da Educação

(RE)CONHECENDO MOLDURAS: ENQUADRAMENTO NORMATIVO E VIOLÊNCIA ÉTICA EM SALA DE AULA

Samara Almeida de Oliveira - UFSJ - Universidade Federal de São João Del Rei

(RE)CONHECENDO MOLDURAS: ENQUADRAMENTO NORMATIVO E VIOLÊNCIA ÉTICA EM SALA DE AULA

Resumo: Nesta pesquisa, à luz dos conceitos de "quadro normativo" e "violência ética" desenvolvidos por Judith Butler (E.U.A, 1956), investigamos como se estruturam modos de reconhecimento na relação entre professores e alunos. Para tanto, num primeiro momento, a partir de uma pesquisa bibliográfica definimos os conceitos em foco nesta pesquisa. Em seguida, numa pesquisa de campo, realizamos entrevistas individuais com alunos, a fim de saber o que eles reconhecem como um "bom professor" e um "professor ruim"; e com os professores a fim de identificar o que eles, por sua vez, reconhecem como um "bom aluno" e um "aluno ruim". Através da análise das entrevistas identificamos as molduras a partir das quais professores e alunos enquadram uns aos outros como "bons" ou "ruins". Feito isto, a fase final da pesquisa consistiu em, a partir das molduras apresentadas na fase anterior, novamente, entrevistar alunos e professores, para saber no que eles se reconhecem ou não naquilo que aparece nas molduras dos professores feitas a partir das entrevistas com os alunos e vice-versa. Nesta fase, nosso objetivo foi saber em que medida cada um (professor e aluno) se reconhece na moldura ou se vê constrangido e limitado por ela.

Palavras-chave: Enquadramento, normatividade, sala de aula, reconhecimento.

Partimos do pressuposto que professores e alunos estabelecem diferentes relações em

sala de aula: positivas, negativas, amistosas, hostis, simpáticas, antipáticas, de paz e de guerra.... Percebemos como essas relações, quando mediadas pelo reconhecimento mútuo entre os sujeitos, podem ser “positivas”; afirmando o conceito de reconhecimento como instrumento fundamental à dinâmica escolar. Conscientes de que o reconhecimento se dá como um processo recíproco em que ambos, professores e alunos, através do movimento de se fazer reconhecível ao outro, também se reconhecem, podemos compreender que essa capacidade do sujeito é gerada, primeiramente, por um discurso normativo. Neste sentido, como afirma Butler (2015a, p. 35):

O reconhecimento de si acontece, de modo que o que posso “ser”, de maneira bem literal, é limitado de antemão por um regime de verdade que decide quais formas de ser serão reconhecíveis e não reconhecíveis, (...) o regime de verdade fornece um quadro para a cena de reconhecimento, delineando quem será classificado como sujeito de reconhecimento e oferecendo normas disponíveis para o ato de reconhecimento.

Entende-se, portanto, que é a partir de determinadas condições normativas que o reconhecimento acontece; são esses enquadramentos que delimitam o que será ou não reconhecido, ou quem será ou não reconhecido. “Podemos pensar no enquadramento como algo ativo, que tanto descarta como mostra, e que faz as duas coisas ao mesmo tempo, em silêncio, sem nenhum sinal visível de operação” (BUTLER, 2015b, p. 112). Essas condições normativas são explicitadas por Judith Butler a partir do desenvolvimento do conceito de “quadros normativos”, contemporaneamente usado em discussões sobre normatividade e violência ética.

Partindo da sala de aula como espaço de análise e onde também se formulam e se reproduzem diferentes quadros normativos, podemos pensar que molduras são elaboradas e assumidas por professores e alunos ao enquadrarem uns aos outros no processo de reconhecimento. Nesse sentido, indagamos: que professor (ou aluno) posso ser segundo os quadros normativos em atuação? A que violência ética estão sujeitos os professores e alunos que não se “enquadram” às molduras reproduzidas nesse espaço? Tais questionamentos evidenciam algumas das implicações dos conceitos trabalhados nesta pesquisa. Não obstante, embora cientes da importância de todas estas questões, nos atentamos a investigar - como nosso objetivo principal - em que medida professor e aluno se reconhecem nas molduras estabelecidas ou se veem limitados por elas.

À vista disso, fez-se necessário, primeiramente, identificar quais são as molduras reproduzidas no espaço da sala de aula (ou, pelo menos, algumas delas). Assim, partimos, pois, dos enquadramentos pré-estabelecidos socialmente que dizem respeito à figura do “bom professor”, do “professor ruim”, do “bom aluno” e do “aluno ruim”. O que, por sua vez, nos leva a outros questionamentos: Como se configuram as molduras do professor “bom” e “ruim”? E as molduras do “bom aluno” e do “aluno ruim”, como estão estruturadas? Quais características compõem essas molduras?

Com efeito, responder a estas indagações tornou-se o objetivo do primeiro momento

de nossa pesquisa de campo neste trabalho. Nesse viés - e tomando como ponto de partida a perspectiva dos sujeitos - questionamos os professores sobre o que eles consideram como um 'bom aluno' e o que eles consideram como um 'aluno ruim'. Do mesmo modo, questionamos também os alunos sobre o que eles consideram como um 'bom professor' e um 'professor ruim'.

Não obstante, uma vez identificadas as molduras, retomamos nossa investigação para a segunda (e mais importante) fase da pesquisa empírica. Nesse momento, apresentamos individualmente as molduras aos professores e alunos colaboradores e questionamos a partir de quais delas eles se reconhecem; buscando, assim, analisar como tais sujeitos (professores e alunos) lidam com as molduras com as quais se interrelacionam.

A metodologia utilizada na pesquisa baseia-se fundamentalmente em uma abordagem qualitativa, uma vez que, ao investigar as percepções a partir das quais os participantes da pesquisa (professores e alunos) se enxergam e se reconhecem mutuamente, percebemos o forte caráter subjetivo da pesquisa.

A presente pesquisa foi submetida e aprovada no Comitê de Ética com CAAE nº 36994120.7.0000.5151. Estando, portanto, em consonância com os princípios éticos em pesquisa envolvendo seres humanos nos termos da Resolução 466/2021; 510/2016 e Norma operacional 001/2013.

Isso posto, o primeiro movimento de investigação foi a compreensão dos conceitos citados a partir do pensamento de Judith Butler. Nessa direção, buscamos analisar a correspondência entre quadro normativo e reconhecimento e, em seguida, como a concepção de violência ética se relaciona com ambos.

Segundo a filosofia butleriana, “quando perguntamos o que torna possível o reconhecimento, descobrimos que não pode ser simplesmente o outro capaz de me conhecer e me reconhecer” (BUTLER, 2015a, p. 42-43). Nesse sentido, a filósofa esclarece que toda cena de reconhecimento é governada por uma normatividade, de modo que o indivíduo só “é reconhecido e oferece reconhecimento através de um conjunto de normas que governam a reconhecibilidade” (2015a, p. 39). Assim, o reconhecimento só acontece a partir de determinadas normas fornecidas pelo regime de verdade. E esse regime de verdade “decide quais formas de ser serão reconhecíveis e não reconhecíveis” (BUTLER, 2015a, p. 35).

O regime de verdade, por sua vez, fornece um quadro para a cena do reconhecimento, e “que é em relação a esse quadro que o reconhecimento acontece” (BUTLER, 2015a, p. 35). Se por analogia pensarmos nesse quadro como um exemplo de “quadro normativo”, podemos constatar que o reconhecimento se dá a partir de determinados enquadramentos normativos. Em outros termos, para ser reconhecido preciso me “encaixar” no quadro normativo que estabelecem o que (ou quem) será ou não reconhecido. Nessa mesma perspectiva, inferimos que eu só serei reconhecido como pessoa, como corpo que importa, ou - no contexto desta pesquisa - como um bom aluno ou bom professor, se eu me encaixar nos quadros normativos

que regulam quem será assim reconhecido.

Por outro lado, o que (ou quem) não se ‘encaixa’ na moldura, não será reconhecido. Esse não reconhecimento promove então uma violência denominada ‘violência ética’. Concluímos assim que determinados quadros normativos produzem violência ética através do não reconhecimento dos indivíduos como sujeitos.

Diante disso, compreendemos que o professor, no ato de reconhecimento, necessita sumariamente de um quadro de referência no qual ele se baseará em certos critérios para identificar quais sujeitos são reconhecíveis (ou não) como alunos; e os alunos precisam também corresponder a tais normas para serem reconhecidos. Essas normas, por sua vez, compõem um quadro ou produzem um enquadramento que condicionam a cena de reconhecimento, delimitando quais sujeitos serão reconhecíveis e como o serão.

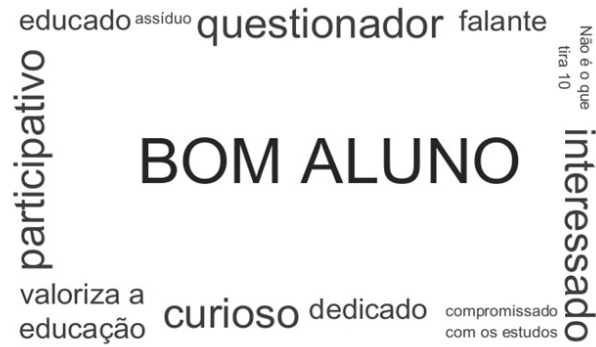
Todavia, compreende-se a partir de Butler (2015) que os quadros normativos não atuam de forma unilateral e/ou permanente. Em entrevista concedida a Knudsen (2010), Butler explicita que “o reconhecimento também pode ser o lugar onde os campos de inteligibilidade são transformados” (p. 168). A partir desta afirmação, podemos entender também que os enquadramentos normativos não atuam de forma estável ou permanente, ou seja, existe uma possibilidade de ruptura destas molduras, por meio da qual podemos pôr em questão o enquadramento socialmente em vigor, abrindo espaço para novos quadros.

A partir de então, Butler nos aponta a possibilidade de resistir. E resistir através da crítica, uma vez que é por meio de um posicionamento crítico que determinados quadros normativos são desestabilizados, possibilitando configurações mais democráticas de enquadramento e, conseqüentemente, de reconhecimento.

Nesse sentido, ainda que, como sujeitos, não possamos viver fora de um quadro normativo, podemos romper com um enquadramento com a condição de ser enquadrado por outro – um outro em que talvez seja mais fácil ser reconhecido e que os termos que regulam o reconhecimento sejam mais humanos.

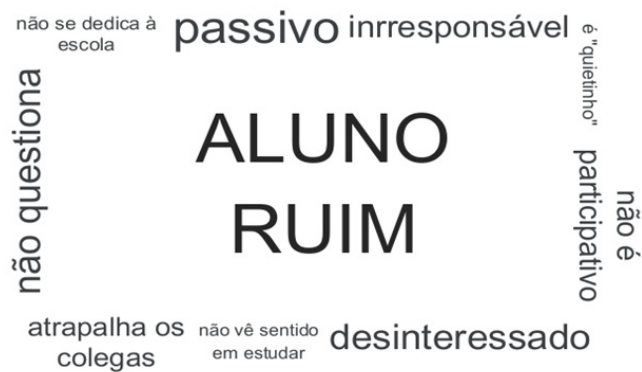
Diante de tais constatações, o passo seguinte foi o desenvolvimento da pesquisa empírica. Não obstante, com o intuito de apresentar uma síntese dos resultados das primeiras entrevistas, elaboramos as molduras abaixo a partir das principais características pontuadas pelos professores e alunos entrevistados:

Figura 1 - Moldura do "bom aluno"



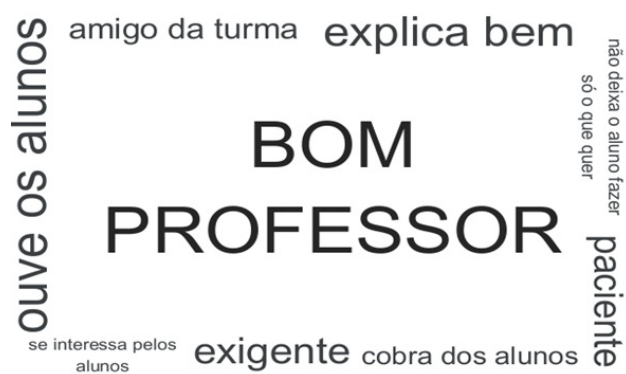
Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 2 - Moldura do "aluno ruim"



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 3 - Moldura do "bom professor"



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 4 - Moldura do "professor ruim"

não prepara aula impaciente
 não chama a atenção dos alunos
 não explica bem a matéria
 grita
PROFESSOR
RUIM
 não se interessa pelos alunos
 deixa os alunos fazerem o que quiserem
 xinga o tempo todo

Fonte: Elaborado pela autora.

Os resultados desse primeiro momento da pesquisa de campo nos possibilitam identificar o carácter variável e temporário de determinados quadros normativos. Molduras como a do ‘bom professor’, do “professor ruim”, do ‘bom aluno’ e do “aluno ruim” não permanecem sempre as mesmas, elas se modificam com o tempo. Tomando as entrevistas como exemplo, o que os professores entrevistados consideram atualmente como um “bom aluno” é diferente do que o que professores de outra época consideravam. Nesse viés, se em outros períodos da história a moldura do “bom aluno” girava em torno de um ideal de aluno passivo, receptor, que ficava quieto e não “atrapalhava” a aula com questionamentos; atualmente, percebe-se – pelos resultados obtidos- que a moldura do “bom aluno” tem se configurado a partir de outras características, como o interesse, a participação, a vontade de aprender, a iniciativa de trazer novos questionamentos e perguntas que contribuem para a dinâmica da aula, entre muitos outros.

Todavia, deve-se sempre levar em conta que essa mudança não ocorre naturalmente. É necessário aquele posicionamento crítico e reflexivo diante de determinados enquadramentos. Nesse sentido, em outros termos: é possível (e fundamental) que novas molduras sejam estabelecidas; contudo, para isso é preciso, primeiramente, uma conscientização de que a antiga moldura em atuação - nos termos em que é reproduzida – não possibilita o reconhecimento, mas o contrário. Entendemos, portanto, que sempre que um quadro normativo torne difícil (e/ou impossível) o reconhecimento dos sujeitos, ele deve ser posto em cheque para que, assim, possa dar lugar a enquadramentos com melhores condições de reconhecimento.

O segundo momento da pesquisa de campo, por sua vez, nos exigiu retomar a questão principal da pesquisa, que é: A partir de quais molduras professores e alunos se reconhecem mutuamente? Com base nos resultados das entrevistas constatamos que os professores e alunos colaboradores se reconhecem mais na moldura do “bom professor” e na moldura do “bom aluno”, respectivamente. Contudo, cumpre ressaltar que esse reconhecimento não ocorre (em todos) de forma plena, uma vez que alguns dos sujeitos colaboradores da pesquisa afirmaram que também possuem características do “professor ruim” e do “aluno ruim”, de

modo que estes não se enquadram perfeitamente nas molduras apresentadas.

Com efeito, por meio de tais resultados, concluímos que mesmo que possamos nos reconhecer em um quadro normativo, isso não significa que tal reconhecimento se dê de forma completa. Sempre podemos desviar de uma moldura em que fomos enquadrados – mesmo que involuntariamente.

Nesse viés, vimos que mesmo o professor que se reconhece como “bom professor”, pode não se reconhecer como “bom” o tempo todo. Ou seja, mesma sendo enquadrada como “boa professora”, e assim me reconhecer, pode ocorrer de em determinada situação eu me ‘desviar’ desse quadro normativo e agir de um modo diferente do que essa moldura exige de mim.

Seguindo essa lógica, o aluno ruim, enquadrado como aluno ruim e que se reconhece como aluno ruim pode, em determinado momento, agir como “bom aluno”. Não obstante, através dos relatos, percebemos também que alguns dos alunos entrevistados se identificaram com características do aluno ruim, mas, ainda assim, afirmaram se reconhecer na moldura do “bom aluno”. O que confirma que mesmo o “bom aluno” pode ter alguma característica do aluno ruim; uma que talvez não se sobressaia, mas que está ali, desafiando a normatividade do enquadramento - e ainda que ele se reconheça como “bom aluno”, impede que ele se encaixe perfeitamente nessa moldura.

Por fim, em face de tudo o que foi explicitado e das inquietações que o presente estudo nos provoca, deixo alguns questionamentos finais: Será que alguém se reconhece completamente nas molduras do “bom professor”, do “professor ruim”, do “bom aluno” ou do “aluno ruim”? e em outras molduras reproduzidas socialmente, é possível se reconhecer de forma plena? O quanto é possível se reconhecer a partir de uma moldura? É possível, como sujeitos individuais e únicos, nos encaixarmos perfeitamente em uma moldura? São indagações que continuamos a pensar e que nos impulsionam na problematização e na busca da ruptura de determinados enquadramentos normativos no ambiente escolar e na sala de aula.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015a.

_____. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.

KNUDSEN, P.P.P.S. Conversando sobre psicanálise: entrevista com Judith Butler. Paris, junho de 2008. **Revista Estudos Feministas**. vol.18, n.1, p. 161-170, Jan./Abr. 2010.